

Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”

1º Reunião Plenária | Sede da ANMP | 31 de março de 2016 | 16H00

ATA

Realizou-se, na sede da ANMP, em Coimbra, pelas 16H00 do dia 31 de março de 2016, a 1ª. reunião plenária da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”, com as presenças constantes do anexo I e a ordem de trabalhos em anexo II.

A reunião foi coordenada pelo Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ANMP e Presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques, que começou por saudar todos os presentes e por se congratular pelo entusiasmo manifestado pelos municípios portugueses na adesão a esta Secção, constituída, até ao momento, por 110 municípios, conforme lista constante em anexo III.

Ponto 1: Eleição da Mesa da Secção nos termos dos Estatutos da ANMP

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ANMP, António Almeida Henriques, apresentou a seguinte proposta de constituição da Mesa da Secção:

Presidente: Viseu | Vice-Presidente: Castelo Branco | Vice-Presidente: Almada | Vogal: Porto | Vogal: Cascais

Explicou o princípio desta proposta que, por um lado, foi o de manter a direção que estava em funcionamento na RENER e que já respeitava o equilíbrio entre forças políticas, e por outro trazer municípios como Cascais e Porto cujas dinâmicas no domínio das cidades inteligentes é muito grande, sendo, por isso, uma mais-valia para esta secção. Frisou que nesta proposta persistiu a ideia de trazer “*know-how*”, trazer os municípios a darem o seu contributo.

Posta à discussão a proposta da constituição da Mesa, usaram da palavra os representantes dos municípios de Bragança e Vila Nova de Poiares referindo que apesar desta proposta englobar apenas municípios de maiores dimensões, existem municípios

mais pequenos que têm muito trabalho feito nas temáticas desta secção e que deve existir sempre a preocupação da aplicabilidade de medidas nestes territórios, não devem ser esquecidos os problemas característicos dos territórios de baixa densidade.

O representante do município das Caldas da Rainha manifestou o seu total apoio à proposta de Mesa apresentada, referindo que, independentemente de quem dela fizer parte, o que importa é o resultado prático do trabalho conjunto de todos os membros desta secção.

Não se registando mais pedidos de intervenção, a proposta de composição da Mesa da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes” apresentada, foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2: Funcionamento da Secção

O Presidente da Mesa usou da palavra para referir que a secção de municípios será coordenada pela Mesa da Secção, agora eleita, reunirá em plenário, mas que para além disso, será criado um Comité Técnico que funcionará por grupos de trabalho, definidos segundo áreas estratégicas, propondo as cinco áreas já em funcionamento: Governação; Energia, Ambiente e Edificado; Mobilidade; Sociedade e Qualidade de Vida e Economia e Inovação.

Informou que será enviado um ofício aos membros da secção solicitando que escolham os grupos de trabalho onde querem participar, com indicação do respetivo representante. Cada município, se assim o entender, poderá participar em mais que um grupo de trabalho e, como tal, nomear mais que um representante.

Relativamente às reuniões desta secção o Presidente referiu que se pretende que sejam descentralizadas, questionando os presentes sobre a sua disponibilidade em receber a próxima reunião. Tendo havido vários municípios que manifestaram essa disponibilidade, ficou definido que será em Santarém por ter sido o primeiro município a responder ao apelo.

Ainda referente ao funcionamento da secção, o Presidente da Mesa referiu que, dada a qualidade técnica do trabalho da Inteli, desenvolvido no seio da rede RENER, seria desejado manter a sua colaboração, propondo para tal, que a ANMP analisasse a

assinatura de um protocolo com esta entidade, para a definição dos termos dessa colaboração.

A metodologia de funcionamento apresentada mereceu a concordância dos membros da secção.

Ponto 3: Planificação das atividades a desenvolver pela Secção

O Presidente da Mesa apresentou o documento de trabalho enviado a todos os membros da secção, (anexo IV) referindo tratar-se do Plano de Ação definido dentro da rede RENER e que servirá de base de trabalho para as atividades a desenvolver pela Secção. Este documento deverá ser atualizado e adaptado à Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”.

Um dos pontos que virá a sofrer alterações é o que define as regras e critérios a serem aplicados na adesão dos municípios à secção. Clarificou que, todos os municípios que manifestarem intenção em aderir a esta secção serão integrados. A única condição será a de que o município queira desenvolver políticas nas áreas das cidades inteligentes. Todos podem ter a ambição de adotar práticas mais inteligentes e que um dos objetivos desta secção é a partilha de experiências, podendo todos aprender com as práticas já implementadas pelos vários municípios.

Foi sugerido por alguns dos presentes que as atividades a desenvolver, nomeadamente as reuniões da secção, fossem calendarizadas com antecedência por forma a permitir um maior número de participação por parte dos seus membros.

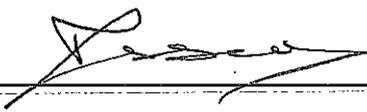
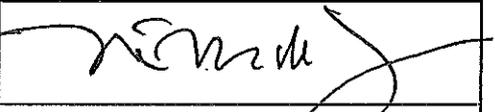
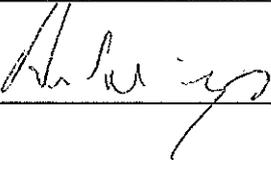
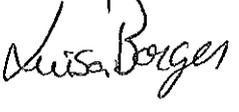
De uma forma geral, o Plano de Ação apresentado foi reconhecido como bastante ambicioso, tendo merecido, genericamente, a concordância de todos os presentes.

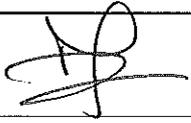
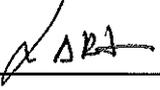
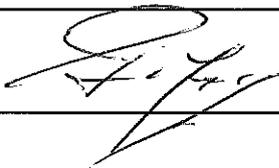
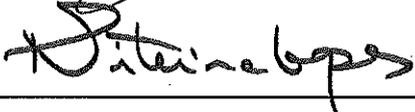
Não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião.

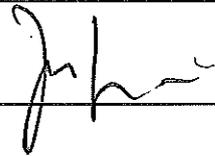
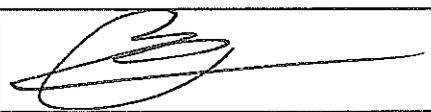
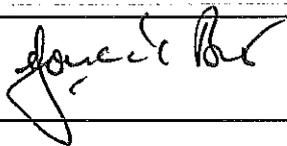
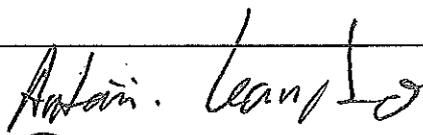
Secção de Municípios "Cidades Inteligentes"

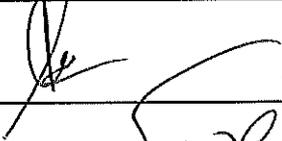
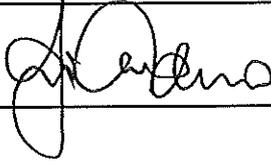
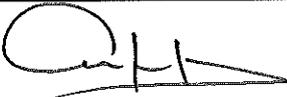
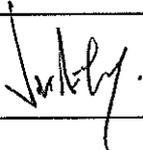
1ª reunião plenária

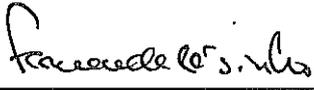
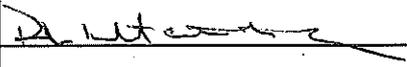
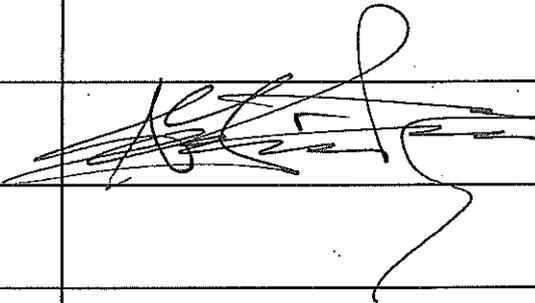
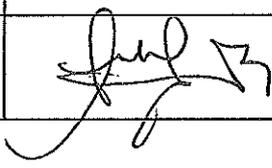
Coimbra, 31 de março de 2016 (16H00)

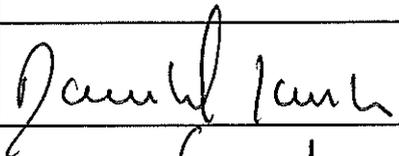
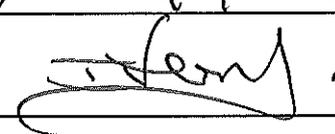
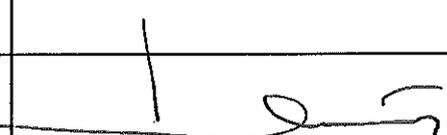
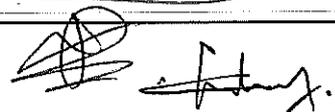
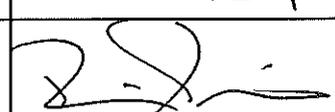
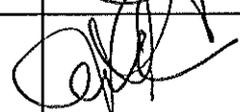
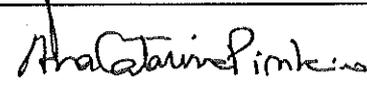
| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|-------------------|-----------------|----------------------|---|
| Abrantes | | | |
| Águeda | Vereadora | Elsa Margarida Corga |  |
| Albufeira | | | |
| Alcácer do Sal | | | |
| Alcanena | Presidente | Fernanda Asseiceira |  |
| Alcoutim | | | |
| Alenquer | | | |
| Almada | Presidente | Joaquim Judas |  |
| Almeida | Vereador | António Machado |  |
| Amadora | Vereador | Edmundo Rosa |  |
| Anadia | | | |
| Arraiolos | | | |
| Arruda dos Vinhos | Presidente | André Rijo |  |
| Aveiro | | | |
| Baião | Vice-Presidente | Ivone Abreu |  |
| | Técnica | Lúsa Borges |  |

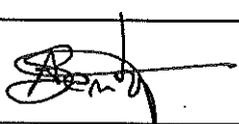
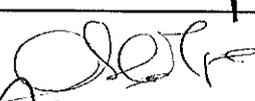
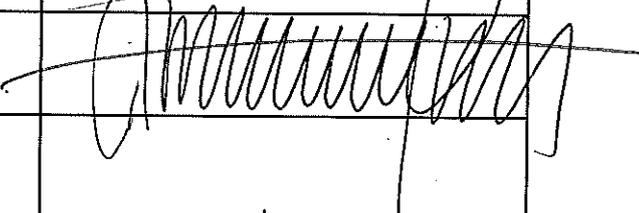
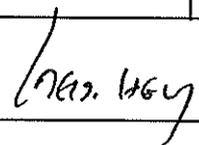
| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|------------------|-------------------|------------------------|--|
| | Técnico | Joaquim Santos |  |
| Barreiro | | | |
| Batalha | | | |
| Beja | | | |
| Boticas | Vereadora | María do Céu Fernandes |  |
| | Técnico | Luís Barbosa |  |
| Braga | | | |
| Bragança | Vice-Presidente | Paulo Xavier |  |
| Cadaval | | | |
| Caldas da Rainha | Vice-Presidente | Hugo Oliveira |  |
| Cascais | Vereador | Nuno Piteira Lopes |  |
| Castelo Branco | <i>M. Almeida</i> | <i>Amel do TRO</i> | |
| Castelo de Paiva | | | |
| Chaves | | | |
| Coimbra | | | |
| Condeixa-a-Nova | Presidente | Nuno Moita da Costa | |
| | Chefe Divisão | Sofia Correia | |

| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|-----------------------------|----------------|-------------------------|--|
| Entroncamento | Presidente | Jorge Faria |  |
| Esposende | | | |
| Évora | Vereador | João Rodrigues | |
| Fafe | | | |
| Faro | Presidente | Rogério Bacalhau Coelho |  |
| Figueira da Foz | Vereadora | Ana Oliveira |  |
| Figueira de Castelo Rodrigo | | | |
| Figueiró dos Vinhos | Chefe Gabinete | Gonçalo Brás |  |
| Funchal | | | |
| Góis | | | |
| Gondomar | | | |
| Gouveia | | | |
| Grândola | | | |
| Guarda | | | |
| Guimarães | | | |
| Ílhavo | Assessor | António Leandro |  |
| Lagoa (Açores) | Vereadora | Elisabete Tavares |  |

| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|----------------------|-----------------|------------------------|---|
| Lagoa (Algarve) | Presidente | Francisco José Martins |  |
| Leiria | Vereador | Lino Pereira |  |
| Loulé | Presidente | Vítor Aleixo |  |
| Loures | | | |
| Lousã | | | |
| Macedo de Cavaleiros | | | |
| Maia | Vice-Presidente | António Domingos Tiago | |
| Mangualde | | | |
| Manteigas | Vice-Presidente | José Manuel Cardoso |  |
| Marco de Canaveses | | | |
| Matosinhos | | | |
| Miranda do Douro | Vereadora | Anabela Torrão |  |
| Mirandela | | | |
| Moimenta da Beira | | | |
| Mortágua | | | |
| Murtosa | | | |
| Nelas | Vereadora | Sofia Relva |  |

| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|-----------------------|-----------------|----------------------|--|
| Oeiras | | | |
| Olhão | | | |
| Oliveira de Azeméis | | | |
| Palmela | Vereadora | Fernanda Pésinho |  |
| Pinhel | Vereadora | Isene Faria |  |
| Pombal | | | |
| Ponte de Sôr | | | |
| Portalegre | | | |
| Portimão | Vereador | Pedro Castelo Xavier |  |
| Porto | | | |
| Porto de Mós | Vice-Presidente | Albino Januário |  |
| Porto Santo | | | |
| Póvoa de Varzim | | | |
| Reguengos de Monsaraz | Vice-Presidente | Manuel Lopes Janeiro | |
| | Chefe Gabinete | João Paias Gaspar | |
| Ribeira Grande | | | |
| Sabugal | Presidente | António S. Ramos |  |

| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|--------------------------|-------------------------------|---|--|
| Salvaterra de Magos | | | |
| Santa Maria da Feira | | | |
| Santa Marta de Penaguião | Técnico | Daniel Santos |  |
| Santarém | Vereadora | Inês Barroso |  |
| Santo Tirso | | | |
| São Brás de Alportel | | | |
| São Pedro do Sul | Vereador | Francisco José de Matos |  |
| Seia | Vereador Chefe de V. | Luís Ribeiro Luís Ribeiro |  |
| Setúbal | | | |
| Sever do Vouga | Vereadora | Maria Elisabete Henriques |  |
| Sintra | Vice-Presidente | Rui Pereira |  |
| Tavira | | | |
| Tomar | Vice-Presidente Secretário | Hugo Cristóvão António Gomes |  |
| Tondela | Vereador | Pedro Adão |  |
| Torres Novas | Chefe Gabinete | Catarina Pinheiro |  |
| | Técnico | Nuno Valente |  |
| Torres Vedras | Vereador | Hugo Lucas |  |

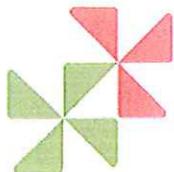
| Município | Cargo | Nome legível | Assinatura |
|------------------------|----------------------|---------------------------|---|
| Trofa | | | |
| Vagos | Secretário do GAV | Bruno Rocha |  |
| Vale de Cambra | | | |
| Valongo | Presidente | José Manuel Ribeiro | |
| Vendas Novas | | | |
| Viana do Castelo | | | |
| Vila Nova de Cerveira | | | |
| Vila Nova de Famalicão | | | |
| Vila Nova de Gaia | | | |
| Vila Nova de Poiares | Vice-Presidente | Artur Santos |  |
| Vila Pouca de Aguiar | Vereador | Luís Henrique |  |
| Vila Real | Vereador | Adriano Sousa |  |
| Vila Viçosa | | | |
| Viseu | Presidente | António Almeida Henriques |  |
| Vouzela | | | |

S. Pedro do Sul

el. Gob.

António A. Casais





ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS “CIDADES INTELIGENTES”

REUNIÃO PLENÁRIA | COIMBRA, SEDE DA ANMP | 31 DE MARÇO DE 2016

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1: Eleição da Mesa da Secção nos termos dos Estatutos da ANMP

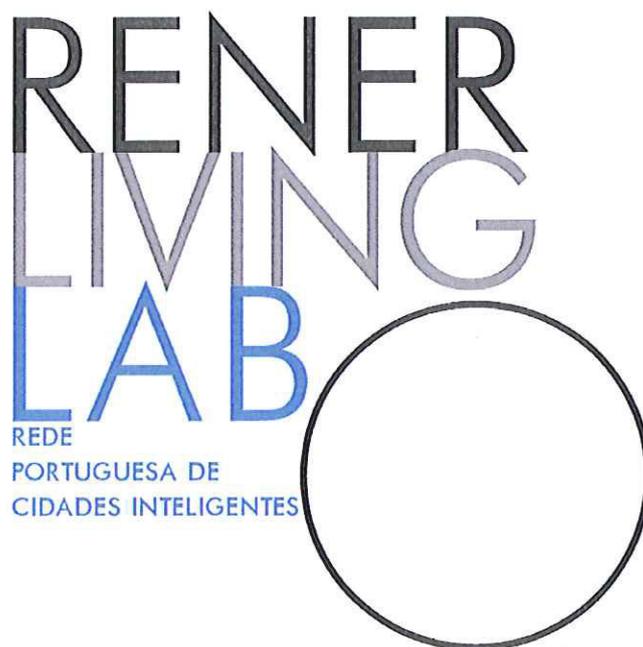
Ponto 2: Funcionamento da Secção

Ponto 3: Planificação das atividades a desenvolver pela Secção

Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”

Membros da Secção em 31 de março de 2016

- | | | |
|---------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| 1. Abrantes | 38. Funchal | 75. Porto Santo |
| 2. Águeda | 39. Góis | 76. Póvoa de Varzim |
| 3. Albufeira | 40. Gondomar | 77. Reguengos de Monsaraz |
| 4. Alcácer do Sal | 41. Gouveia | 78. Ribeira Grande |
| 5. Alcanena | 42. Grândola | 79. Sabugal |
| 6. Alcoutim | 43. Guarda | 80. Salvaterra de Magos |
| 7. Alenquer | 44. Guimarães | 81. Santa Maria da Feira |
| 8. Almada | 45. Ílhavo | 82. Santa Marta de Penaguião |
| 9. Almeida | 46. Lagoa (Açores) | 83. Santarém |
| 10. Amadora | 47. Lagoa (Algarve) | 84. Santo Tirso |
| 11. Anadia | 48. Leiria | 85. São Brás de Alportel |
| 12. Arraiolos | 49. Loulé | 86. São Pedro do Sul |
| 13. Arruda dos Vinhos | 50. Loures | 87. Seia |
| 14. Aveiro | 51. Lousã | 88. Setúbal |
| 15. Baião | 52. Macedo de Cavaleiros | 89. Sever do Vouga |
| 16. Barreiro | 53. Maia | 90. Sintra |
| 17. Batalha | 54. Mangualde | 91. Tavira |
| 18. Beja | 55. Manteigas | 92. Tomar |
| 19. Boticas | 56. Marco de Canaveses | 93. Tondela |
| 20. Braga | 57. Matosinhos | 94. Torres Novas |
| 21. Bragança | 58. Miranda do Douro | 95. Torres Vedras |
| 22. Cadaval | 59. Mirandela | 96. Trofa |
| 23. Caldas da Rainha | 60. Moimenta da Beira | 97. Vagos |
| 24. Cascais | 61. Mortágua | 98. Vale de Cambra |
| 25. Castelo Branco | 62. Murtosa | 99. Valongo |
| 26. Castelo de Paiva | 63. Nelas | 100. Vendas Novas |
| 27. Chaves | 64. Oeiras | 101. Viana do Castelo |
| 28. Coimbra | 65. Olhão | 102. Vila Nova de Cerveira |
| 29. Condeixa-a-Nova | 66. Oliveira de Azeméis | 103. Vila Nova de Famalicão |
| 30. Entroncamento | 67. Palmela | 104. Vila Nova de Gaia |
| 31. Esposende | 68. Pinhel | 105. Vila Nova de Poiares |
| 32. Évora | 69. Pombal | 106. Vila Pouca de Aguiar |
| 33. Fafe | 70. Ponte de Sôr | 107. Vila Real |
| 34. Faro | 71. Portalegre | 108. Vila Viçosa |
| 35. Figueira da Foz | 72. Portimão | 109. Viseu |
| 36. Figueira de Castelo Rodrigo | 73. Porto | 110. Vouzela |
| 37. Figueiró dos Vinhos | 74. Porto de Mós | |



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS "CIDADES INTELIGENTES"

RENER

PLANO DE ACÇÃO

2016/2017

Índice

- 1 INTRODUÇÃO
- 2 VISÃO 2030
- 3 OBJECTIVOS
- 4 MEMBROS
- 5 ÁREAS ESTRATÉGICAS
- 6 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
- 7 ACTIVIDADES & PROJECTOS
- 8 FINANCIAMENTO
- 9 PARCERIAS
- 10 METAS E INDICADORES

1. INTRODUÇÃO

A RENER – Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes integra formalmente 46 municípios dispersos pelo território nacional que actuam como palcos de desenvolvimento e experimentação de soluções urbanas inovadoras em contexto real, ou seja, como laboratórios vivos (*living labs*).

Teve a sua origem em 2009, com 25 municípios, enquanto Rede Piloto para a Mobilidade Eléctrica. No âmbito do Programa Nacional de Mobilidade Eléctrica, lançado pelo Governo Português, as cidades actuaram como locais de teste dos postos de carregamento e de sistemas de mobilidade inteligente.

Em 2013, a RENER aposta no alargamento temático da sua intervenção, integrando outras áreas como a eficiência energética, as energias renováveis, a governação e cidadania, a cultura e o turismo, numa lógica de modelo holístico de ‘cidade inteligente’. Acresce o alargamento geográfico da rede com a incorporação de mais 21 municípios nacionais, ganhando escala, massa crítica e poder negocial.

Em 2016, para reforçar ainda mais a sua posição para contribuir activamente para o desenho e definição das políticas públicas para as cidades portuguesas e, simultaneamente, para garantir o acesso a todos os municípios portugueses a metodologias de avaliação do grau de inteligência urbana já em aplicação na Rede, bem como a projectos demonstradores ou de replicação de soluções, produtos ou serviços para cidades, a RENER assumiu-se no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) como Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”. O enquadramento institucional da Rede na Secção de Municípios “Cidades Inteligentes” permitirá, fundamentalmente, posicionar o conceito ‘smart city’ como área estratégica da ANMP e estabelecer uma plataforma institucional ampla e verdadeiramente representativa de desenvolvimento de políticas e projectos associados a este conceito em estreita parceria com todos os organismos locais, regionais e nacionais.

2. VISÃO 2030

Afirmar-se como a Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes com projecção internacional, integrando territórios mais criativos, inovadores, sustentáveis, inclusivos, participados e conectados.

3. OBJECTIVOS

Objectivos estratégicos

- Promover estratégias de inteligência colectiva com vista a aumentar a sustentabilidade, a inclusão social e cultural, a competitividade e a geração de emprego;
- Fomentar a utilização de soluções conceptuais e tecnológicas inovadoras, enquanto ferramentas de apoio ao planeamento estratégico dos municípios;
- Contribuir para a melhoria das infraestruturas urbanas e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, empresas e outros actores locais;
- Fomentar a utilização de novas tecnologias pelos cidadãos, empresas e autoridades locais, com vista à criação de cidades mais interactivas e conectadas;
- Cooperar com o sector privado e estimular o empreendedorismo urbano, fomentando a colaboração entre empresas, a criação de novos negócios e a atracção de investimento;
- Projectar internacionalmente as cidades e as boas práticas municipais existentes em matéria de inovação urbana;
- Reforçar o papel das cidades e dos territórios na definição das políticas públicas, intensificando o envolvimento dos actores locais;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos dos municípios da rede.

Objectivos operacionais

- Partilhar informação, conhecimento, boas práticas e experiências inovadoras entre os municípios;
- Promover a replicação, com a devida adaptação, das boas práticas bem-sucedidas nuns municípios noutros espaços urbanos da rede;
- Gerar conhecimento de suporte à tomada de decisão, assente na monitorização e avaliação de políticas e projectos;
- Conceber e implementar projectos em cooperação na área da inteligência urbana;
- Potenciar a interoperabilidade das soluções urbanas a adoptar pelas cidades da rede;
- “Influenciar” positivamente políticas e programas europeus, nacionais e regionais.

4. MEMBROS

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER integra formalmente 46 municípios que eram membros da RENER *Living Lab* – Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes, correspondendo a 45% da população nacional e 19% do território português.



4.1. Adesão de Novos Membros

A adesão de novos membros está sujeita à manifestação de interesse dos municípios em integrar a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER e à consequente verificação dos seguintes critérios:

1º Critério - Número de Habitantes do Município

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (última versão disponível 2011 e 2012) postula que os municípios podem classificar-se em três categorias:

- Municípios de Pequena Dimensão – com população inferior ou igual a 20 mil habitantes;
- Municípios de Média dimensão – com população maior que 20.000 habitantes e inferior ou igual a 100 mil habitantes;
- Municípios de Grande Dimensão – com população maior que 100 mil habitantes.

Tendo em conta a realidade da dimensão demográfica de Portugal, são considerados apenas os municípios de grande e média dimensão para integrar a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER, sendo o número de habitantes calculado a partir das estatísticas oficiais do INE.

2º Critério – Existência de um portefólio de “Projectos Smart City”

Para integrar a Rede, o município proponente deve evidenciar um portefólio de projectos e/ou iniciativas demonstradores nas áreas chave de uma cidade inteligente – Mobilidade, Energia, Ambiente, Edifícios, Governança, Qualidade de Vida (turismo, segurança, saúde, entre outros).

Os aludidos projectos e/ou iniciativas deverão assumir um carácter inovador e promover impactos efectivos na vida urbana.

Critério de Excepcionalidade

Excepcionalmente, os municípios que não cumpram o primeiro critério, ou seja, que tenham menos de 20.000 habitantes, poderão integrar a rede caso demonstrem possuir uma Estratégia Municipal para uma Cidade Inteligente e políticas sectoriais nas

áreas das *smart cities*, estando a implementar diversas iniciativas e projectos integrados com impacto em múltiplas áreas abrangidas pelo conceito de *smart city*.

Município Observador

De modo a garantir que quaisquer municípios poderão usufruir do trabalho, da experiência e da partilha de projectos da Rede, está, ainda, consignado o Estatuto de Município Observador para classificar os municípios que apresentem a Manifestação de Interesse de Adesão à Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER mas que não cumpram nenhum dos Critérios de Adesão previstos.

Os municípios membros têm como deveres no âmbito da rede:

- Conciliar equitativamente os seus interesses específicos num espírito de colaboração e co-responsabilização, em tudo o que diga respeito à rede;
- Diligenciar a elaboração de estratégias específicas de cidades inteligentes ou transpor para os seus planos de desenvolvimento a dimensão da inteligência urbana, ajustada às prioridades locais e especificidades de cada território;
- Funcionar como territórios de experimentação e teste (laboratórios vivos) em rede de novas soluções de inteligência urbana em parceria com outros actores relevantes;
- Desenvolver esforços conjuntos no sentido da angariação de fontes de financiamento nacionais, europeias e internacionais para a execução das actividades previstas na rede, nomeadamente no âmbito do período de programação 2014-2020, com foco nos programas *Horizon 2020* e Fundos Estruturais.

5. ÁREAS ESTRATÉGICAS

A visão e objectivos da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER da ANMP materializam-se num conjunto de áreas estratégicas, em coerência com o conceito ‘smart city’, a saber:

5.1. Áreas Verticais

Governança: Soluções de *e-government*, plataformas de *open data*, ferramentas de suporte à participação pública e cidadania, sistemas de modernização e simplificação administrativa, etc.

Mobilidade: Soluções urbanas inteligentes na área da mobilidade sustentável, contemplando por exemplo: infra-estruturas para veículos eléctricos, veículos eléctricos, bicicletas eléctricas, serviços de *car-sharing* e *bike-sharing*, aplicações para estacionamento inteligente, sistemas de gestão de tráfego e de frotas, etc.

Energia: Soluções urbanas inovadoras na área da energia, nomeadamente produção e armazenamento de energia urbana, energias renováveis, *smart meters*, *smart grids*, iluminação pública inteligente, etc.

Ambiente: Soluções urbanas inovadoras na área do ambiente, nomeadamente: sistemas de gestão inteligente de água, sistemas de gestão inteligente de resíduos, sistemas de monitorização ambiental, etc.

Edifícios: Soluções urbanas inovadoras na área da construção e reabilitação sustentável, nomeadamente materiais inteligentes, novas técnicas construtivas, integração de energias renováveis, etc.

Segurança: Soluções urbanas inovadoras na área da segurança, como sistemas de videovigilância, sistemas de gestão de catástrofes naturais, gestão de serviços de emergência, etc.

Qualidade de vida: Soluções urbanas inovadoras orientadas para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, em áreas como a saúde, educação, serviços sociais, turismo, cultura, etc.

TIC: Sensores, plataformas de gestão de cidades, integração de serviços, *data analytics*, *internet-of-things*; etc.

5.2. Áreas Horizontais

Internacionalização e cooperação internacional: Foco na promoção e valorização das soluções urbanas inovadoras para *smart cities* e dos processos de cooperação internacional com outras *entidades* com vista à troca de experiências e geração de projectos conjuntos.

Financiamento e modelos de negócio: Fomento do acesso a financiamento por parte dos municípios e das empresas, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020 e programas europeus, como Horizon 2020, LIFE+ ou COSME. Pretende-se também analisar modelos de negócio inovadores associados ao paradigma das cidades inteligentes.

I&D, Inovação e Formação: Promoção do desenvolvimento de actividades de I&D, assim como fomento da qualificação dos recursos humanos dos municípios e outros actores relevantes sobre *smart cities* e sectores relacionados.

Empreendedorismo urbano: Aposta no empreendedorismo urbano com vista à geração de soluções/produtos/serviços e no apoio à criação de empresas que pretendam responder aos desafios colocados pelas cidades. Existem inúmeras oportunidades para os empreendedores urbanos, que podem usufruir das condições favoráveis disponibilizadas pelas autoridades locais, como espaços de incubação, *co-working*, *fab labs*, programas de financiamento e capacitação, concursos de *apps*, etc.

Normalização e regulamentação: Foco nas questões da normalização e regulamentação associadas às soluções urbanas para cidades inteligentes, com ênfase na necessidade de interoperabilidade. Existem em curso algumas experiências internacionais neste domínio, como os trabalhos da ISO, do CEN e do “City Protocol”, assim como iniciativas nacionais, com destaque para o Comité de Normalização para Cidades Inteligentes. A título de exemplo, a ISO publicou no final de 2014 a primeira norma para *smart cities* (ISO 37120) referente a indicadores e métricas.

Apesar desta categorização, para além de intervenções sectoriais, privilegia-se o

desenvolvimento de soluções integradas que cruzem diversas das áreas referidas, como por exemplo, energia, mobilidade e tecnologias de informação e comunicação, a aplicar ao nível de um edifício, um bairro ou da cidade como um todo.

5.3. Filosofia de Intervenção

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER actuará como um laboratório vivo (*living lab*), funcionando como palco de teste e experimentação de soluções urbanas inovadoras em contexto real. Privilegia-se a filosofia de inovação aberta e foco no utilizador.

Neste contexto, são de considerar as seguintes formas de intervenção:

Demonstração: Pretende-se lançar projectos demonstradores de inteligência urbana, com escala e massa crítica, em diversos espaços urbanos em Portugal.

Replicação: A partir de projectos demonstradores de inteligência urbana, pretende-se promover a replicação noutros espaços urbanos em Portugal e no exterior. Os modelos testados no nosso país podem ser aplicados noutros locais no mundo, potenciando também a capacidade de exportação das empresas portuguesas.

Integração: Beneficia-se o lançamento de soluções integradas, articulando diversas áreas de inteligência urbana, como a energia, a mobilidade e as tecnologias de informação e comunicação, à semelhança do que define a Parceria Europeia para a Inovação “Smart Cities and Communities” dinamizada pela Comissão Europeia.

Cooperação: Apela-se a novas formas de parceria não só entre cidades mas também entre cidades e empresas (ao que acrescem os centros de investigação, as universidades e as associações), não numa mera lógica de fornecedor-cliente, mas de um novo ambiente colaborativo que integre formas inovadoras de *public procurement*.

6. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER cumpre o disposto nos Estatutos e Regulamentos em vigor no âmbito da ANMP e é coordenada por uma **Direcção** eleita pelos municípios membros. A Direcção reúne com uma periodicidade trimestral.

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER integra, também, um **Comité Técnico**, composto por representantes de cada um dos membros da Secção, que tem como funções:

- Estabelecer pressupostos, objectivos e metas operacionais inerentes ao funcionamento da Secção;
- Materializar, do ponto de vista técnico, as linhas de orientação estratégica para as actividades da Secção;
- Definir metodologias de trabalho para o funcionamento da Secção;
- Organizar grupos de trabalho para discussão de temas relacionados com as áreas chave de uma cidade inteligente.

O Comité Técnico reúne com uma periodicidade semestral. Os grupos de trabalho que operacionalizam a sua actividade poderão reunir com maior frequência, face às necessidades e oportunidades que decorrem dos programas de financiamento e dos projectos em curso.

Com vista à emergência de projectos integrados, poderão organizar-se reuniões conjuntas de vários grupos de trabalho ou o intercâmbio de recursos humanos entre grupos.

Os Grupos de Trabalho funcionam de acordo com as áreas estratégicas definidas e estruturam-se da seguinte forma:

| AI 1. Governança | AI 2. Energia, Ambiente e Edificado | AI 3. Mobilidade | AI 4. Sociedade e Qualidade de Vida | AI 5. Economia e Inovação |
|---------------------------------|--|----------------------------------|--|---------------------------------------|
| Modernização administrativa | Contadores inteligentes | Gestão do estacionamento | Serviços sociais e bem-estar | Cultura e criatividade |
| Desmaterialização de processos | Redes inteligentes | Gestão de tráfego | Saúde e teleassistência | Turismo (<i>smart destinations</i>) |
| Participação do cidadão | Iluminação pública | Gestão de frotas | Educação, formação e <i>e-learning</i> | Empreendedorismo e emprego |
| Dados abertos | Regeneração urbana sustentável | Uso de bicicleta | Segurança pública | Captação de investimento |
| <i>Public Procurement</i> | Planeamento urbano sustentável | Partilha de veículos | Gestão de emergências | <i>City branding</i> |
| Plataformas de gestão da cidade | Gestão de sistemas urbanos | Veículos eco eficientes | Inclusão digital | Internacionalização |
| Transparência | Gestão de água e resíduos | Sistemas de mobilidade integrada | ... | ... |
| Legislação | Gestão de espaços verdes | ... | ... | ... |
| Indicadores e métricas | Sistemas de rega | ... | ... | ... |

7. ACTIVIDADES & PROJECTOS

As actividades e projectos a desenvolver pela Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER podem categorizar-se nas seguintes tipologias: projectos de *intelligence*; projectos integrados; e projectos sectoriais.

Se os projectos de *intelligence* serão aplicados à globalidade da rede, os projectos integrados ou sectoriais poderão ser implementados quer nos municípios membros da Secção, quer em parcerias de geometria variável que se constituam com base em necessidades e oportunidades comuns. Os projectos integrados tendem a abarcar diversas dimensões do conceito de ‘cidade inteligente’, enquanto os projectos sectoriais se referem a intervenções em áreas específicas de inovação urbana (por exemplo, mobilidade).

| CATEGORIAS | PROJECTOS DA REDE: ESTRUTURANTES | PROJECTOS DE PARCERIAS: ESPECÍFICOS |
|----------------------------------|-------------------------------------|--|
| Projectos de <i>intelligence</i> | X | - |
| Projectos integrados | X | X |
| Projectos sectoriais | X | X |

7.1. Projectos de *Intelligence*

Os projectos de *intelligence* referem-se a acções de geração de informação e conhecimento de suporte à tomada de decisão quer das políticas públicas locais quer dos actores económicos e sociais. Permitem, ainda, detectar necessidades comuns aos

municípios, com vista à definição de projectos concretos, assim como monitorizar e avaliar o grau de prossecução de metas municipais, nacionais e europeias.

Índice de Cidades Inteligentes 2020 (ICI Portugal)

O Índice de Cidades Inteligentes 2020 visa posicionar estrategicamente os municípios em matéria de inteligência urbana, resultando numa base de informação e conhecimento municipal de suporte à tomada de decisão dos governos locais. Pretende, ainda, contribuir para melhorar o desempenho dos territórios, através da geração de oportunidades de cooperação urbana orientadas para a criação de produtos, serviços e soluções criativas e inovadoras.

Quer em trabalhos de investigação académica, quer em estudos de consultoras internacionais, foram já desenvolvidos diversos índices que pretendem estabelecer *rankings* de cidades em áreas diversas, com foco na sustentabilidade, energia e tecnologias de informação e comunicação.

O Índice de Cidades Inteligentes 2020 destaca-se por partir de um modelo integrado de cidade inteligente, que se traduz numa cidade atractiva para talentos, visitantes e investidores pela aliança entre a inovação, a qualidade do ambiente e a inclusão social e cultural, num contexto de governação aberta e de conectividade com a economia global, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Tendo como pano de fundo este conceito, foi seguida a seguinte abordagem metodológica:

1. *Conceptualização do Modelo de Análise*: Integra a definição do modelo conceptual associado a uma cidade inteligente.
2. *Definição das Dimensões e Sub-dimensões de Caracterização*: Visa o estabelecimento das dimensões e sub-dimensões de análise que caracterizam uma cidade inteligente. Foram consideradas 5 dimensões e 21 sub-dimensões.
3. *Seleção dos Indicadores e Variáveis*: Refere-se à definição dos indicadores que permitem quantificar e/ou qualificar as dimensões e sub-dimensões de análise. Foram estabelecidos 100 indicadores.

4. *Cálculo dos Indicadores*: Diz respeito à quantificação e qualificação dos indicadores e variáveis a partir da recolha de informação primária e secundária, periódica e em tempo real.

5. *Normalização dos Indicadores*: De forma a permitir a comparabilidade dos indicadores, estes são normalizados numa escala de 0 a 10.

6. *Agregação dos Indicadores*: Integra a condensação dos indicadores com vista à avaliação do posicionamento dos municípios em termos de sub-dimensões e dimensões de análise.

7. *Cálculo do Índice*: Refere-se à aferição do índice para cada município, através da agregação ponderada dos valores das dimensões de análise.

As dimensões centrais de uma cidade inteligente traduzem-se na inovação, sustentabilidade e inclusão, afigurando-se a governação e a conectividade como dimensões transversais:

Governação: Integra as políticas urbanas, assim como os processos de cooperação entre actores políticos, económicos e sociais, com destaque para as questões da participação pública. A eficiência, eficácia e transparência da provisão de serviços públicos são também factores chave da análise da inteligência urbana.

Inovação: Abarca a competitividade das cidades em termos de criação de riqueza e geração de emprego. Foca-se não só nos sectores intensivos em I&D e tecnologia, mas também no contributo das actividades da economia criativa, verde e social para o desenvolvimento económico dos espaços urbanos.

Sustentabilidade: Inclui a eficiência na utilização dos recursos, a protecção do ambiente, assim como o equilíbrio dos ecossistemas. A gestão da água e dos resíduos, a eficiência energética e a utilização de energias renováveis, a construção sustentável, a mobilidade, as emissões de gases com efeito estufa e a biodiversidade são alguns dos factores chave do estudo.

Inclusão: Integra não só as questões associadas à coesão social, mas também a diversidade cultural, a inovação e o empreendedorismo social e a inclusão digital ao nível dos serviços de saúde, segurança, educação, cultura e turismo. A utilização de tecnologias digitais ao serviço da integração social de camadas mais desfavorecidas da população é também alvo de análise.

Conectividade: Abarca o envolvimento das cidades em redes territoriais nacionais e internacionais, assim como o nível de integração de funções e infra-estruturas urbanas. A utilização de tecnologias de informação e comunicação e de redes digitais é considerada como um factor crítico de sucesso.

Dimensões de análise



Com vista à quantificação e qualificação das dimensões e sub-dimensões de análise foi considerada a seguinte tipologia de indicadores: indicadores de caracterização, indicadores de estratégia e indicadores de economia digital. Os primeiros têm como objectivo realizar um diagnóstico do município recorrendo essencialmente a informação secundária; os segundos visam analisar as estratégias urbanas em curso e concepção, recorrendo a documentos de política e planos de acção; os últimos pretendem analisar o grau de utilização das tecnologias de informação e comunicação e redes digitais pela autarquia.

Exemplos de Indicadores Sustentabilidade - Mobilidade

Percentagem de veículos automóveis híbridos e eléctricos na frota municipal

Nº de veículos automóveis para transportes públicos no total de veículos automóveis para transporte de passageiros registados no município

Percentagem de veículos híbridos, eléctricos, ou movidos a biocombustíveis no total de veículos de transportes públicos que cobrem o município

Número de bicicletas que fazem parte dos operadores de partilha de bicicletas *per capita*

Existência de plataformas e dispositivos tecnológicos que apoiem em tempo real na gestão e organização da circulação de veículos dos transportes públicos

Gestão de estacionamento inteligente em parques de estacionamento e vias públicas abrangidos por sistema de pagamento de estacionamento sem moedas e por sistema de estacionamento inteligente, sobre a totalidade de lugares de estacionamento no município

Existência e extensão de áreas urbanas com restrições (ex.: pilaretes retrácteis, etc.) à circulação de veículos sobre a extensão territorial do município

Extensão de vias destinadas a circulação de bicicletas ou circulação mista (circulação automóvel e circulação de bicicletas) *per capita*

A recolha de informação é realizada através de observação directa, análise documental, estatísticas oficiais, contactos com parceiros chave (APA – Agência Portuguesa do Ambiente; AMA – Agência para a Modernização Administrativa, etc.), envio de questionários e realização de entrevistas com os municípios. Consideramos quer informação primária quer secundária, e ainda informação periódica e em tempo real. Na maioria das áreas afigura-se difícil a recolha de informação em tempo real, com excepção da área da mobilidade eléctrica onde o sistema Mobi.me permite que cada município possa aceder a indicadores municipais, como o estado dos postos de carregamento, o consumo de energia, as toneladas de CO₂ evitadas, etc.

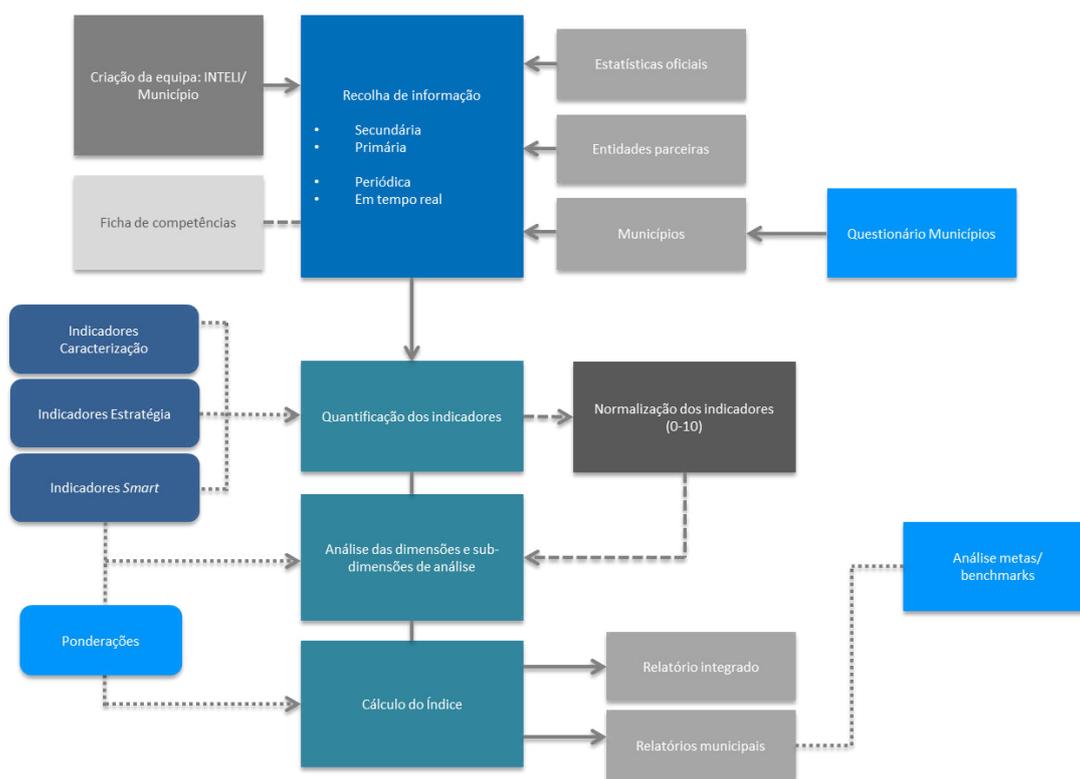
Para evitar distorções resultantes da utilização de diferentes unidades de medida, os indicadores são normalizados numa escala de 0 a 10. O índice de cidades, enquanto

indicador composto, resulta da média ponderada das pontuações atribuídas às cinco dimensões de análise.

Os resultados integrados da aplicação do índice são materializados em livro, sendo os resultados municipais (e confidenciais) apresentados sob a forma de *factsheet* aos municípios intervenientes, que podem também ter informação relativa ao processo em portal desenvolvido para o efeito.

São realizadas análises relevantes de comparação dos indicadores municipais quer com as metas locais quer com metas nacionais e europeias em matérias diversas, nomeadamente na área do ambiente e sustentabilidade.

Processo de aplicação do Índice



A 1ª edição do índice, a título piloto, decorreu em 2012, com a participação de 20 dos municípios que na altura integravam a RENER, tendo os resultados integrados sido publicados em Dezembro desse ano.

A 2ª edição do índice (Abril, 2016), contempla os 46 municípios que actualmente integram a RENER.

Roadmap de Necessidades e Prioridades

Com vista à geração de projectos concretos, pretende-se gerar um *Roadmap* de necessidades e prioridades comuns aos municípios, quer a partir dos resultados da aplicação do índice de cidades inteligentes quer de informação complementar.

O cruzamento de necessidades e prioridades comuns e diferenciadas poderá apoiar o processo de criação de parcerias no seio da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER.

Carta de Compromisso: Metas e Resultados

Os municípios da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER deverão estabelecer, em termos estratégicos, um conjunto de metas a alcançar até 2030, utilizando alguns indicadores do Índice de Cidades Inteligentes e a experiência de programas como o Pacto dos Autarcas (CE).

Estas metas poderão materializar-se numa carta de compromissos a subscrever pelos municípios membros, integrando uma componente de monitorização e acompanhamento da sua prossecução.

Conferência Smart Cities Portugal

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER organizará anualmente uma conferência dedicada exclusivamente às políticas públicas para cidades com foco nos temas mais relevantes da actualidade.

Em 2016, a Conferência será subordinada aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano com foco nas áreas de mobilidade, reabilitação e governação.

Green Business Week – Smart Cities Live

Em colaboração com a Fundação AIP e com o apoio dos ministérios da Economia e do Ambiente, a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER colaborará na organização do maior evento nacional de inovação e transferência de conhecimento. Este evento reúne todos os *players* e *stakeholders* que actuam no ecossistema das cidades com o objectivo de melhorar a performance dos municípios portugueses, contribuindo para os transformar em lugares de excelência para viver e trabalhar.

O evento pretende impulsionar o crescimento da actividade económica, do emprego qualificado e sustentável, do dinamismo da ciência e investigação, tecnologia, inovação e empreendedorismo. Prevê a realização de diversas conferências subordinadas ao conceito ‘smart city’, uma área de exposição para os sectores público e privado e destina-se a autarquias, profissionais, entidades associativas e sectoriais, ensino superior e técnico e público em geral.

7.2. Projectos Estruturantes

DASHBOARD RENER

Contexto

A recolha e tratamento de dados e informação e a sua transformação em conhecimento são essenciais como suporte à tomada de decisão e definição de políticas públicas. Acresce a necessidade de monitorização de indicadores urbanos para aferir acerca do grau de prossecução de metas municipais, nacionais e europeias. Diversas cidades têm vindo a utilizar sistemas de indicadores urbanos e a participar em processos de *benchmarking* que permitem aferir acerca do seu desempenho relativo. No entanto, recentemente as cidades começam a incorporar nos seus sistemas de indicadores informação em tempo real, capturada através de sensores, câmaras, etc., assim como a lançar *dashboards* que se traduzem em plataformas *online* interactivas que permitem a visualização e análise de indicadores.

Objectivos

Pretende-se lançar um *dashboard* integrado para as cidades da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER, com base nos indicadores do Índice de Cidades Inteligentes e outros considerados relevantes, que permitam aos diferentes actores

urbanos - governos locais, empresas, empreendedores, cidadãos - aceder a informação acerca das cidades de forma interactiva. Será também de considerar a recente norma sobre indicadores urbanos da ISO - 37120 (2014). Não se trata de um sistema fechado, mas de uma plataforma baseada em dados abertos. Existem alguns casos internacionais de relevo como o *Dashboard Dublin* - <http://www.dublindashboard.ie/> ou o *Sustainability Dashboard de Surrey* - <http://dashboard.surrey.ca/>.

Actividades

- Definição de modelo conceptual;
- Definição de sistema de indicadores;
- Desenvolvimento de plataforma *online*;
- Divulgação e comunicação.

Resultados

- *Dashboard* conjunto para cidades da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER;
- Apoio à tomada de decisão e definição de políticas públicas;
- Envolvimento dos cidadãos e empreendedores na vida das cidades;
- Partilha de boas práticas entre cidades;
- Aumento do acesso à informação.

OPEN & AGILE CITIES

Contexto

A iniciativa ‘Open & Agile Smart Cities’ tem como objectivo acelerar a adopção de *standards* e princípios comuns para o desenvolvimento de *smart cities*. Aderiram, numa primeira fase, 31 cidades dos seguintes países - Finlândia, Dinamarca, Bélgica, Portugal, Itália, Espanha e Brasil, que partilham estes *standards* e princípios comuns potenciando o desenvolvimento de aplicações e soluções que sejam implementáveis em diversas cidades, tornando os sistemas interoperáveis entre cidades e no seio da mesma cidade (cidades portuguesas: Porto, Lisboa, Fundão, Palmela, Penela e Águeda). As cidades adoptam o modelo API – *Application Programming Interface* do FIWARE. A iniciativa é dinamizada pelo *Connected Smart Cities (CSC) Network Board*.

Objectivos

Fomentar a adesão das cidades da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER à iniciativa ‘Open & Agile Cities’, numa segunda vaga de apelos à apresentação de manifestações de interesse.

Actividades

- Mobilizar as cidades RENER para a iniciativa;
- Capacitação dos técnicos das autarquias;
- Assinatura de *letters of intent*;
- Participação em fóruns europeus.

Resultados

- Promoção do uso de dados abertos;
- Utilização da plataforma FIWARE para o desenvolvimento de aplicações.

RENER +

Contexto

A participação dos cidadãos na vida urbana afigura-se como decisiva num modelo de governação que se pretende aberto e interactivo. Em Portugal, para além dos Orçamentos Participativos/Participados ou do projecto “A Minha Rua” são reduzidas as acções de envolvimento das comunidades na resolução dos problemas futuros das cidades.

Objectivos

Pretende-se criar uma plataforma colaborativa de soluções criativas para as cidades à escala da rede (ou para uma NUT III específica, por exemplo), permitindo aos cidadãos contribuir com ideias para a definição do futuro da cidade ou para a resolução de problemas urbanos. O projecto acontece em simultâneo *online* (através de um portal) e nas ruas e bairros das cidades, garantindo a proximidade com os cidadãos.

Actividades

O projecto poderá ser organizado em 5 fases distintas, definidas a título preliminar:

1ª Fase – Apelo a ideias criativas: A população é convocada para enviar ideias criativas que transformem a cidade e o cidadão. Os temas são diversos: educação; arte e cultura; saúde e bem-estar; cidadania; inovação; mobilidade; inclusão; sustentabilidade; intervenção urbana; etc.

2ª Fase – Estudo de viabilidade: As melhores ideias de cada tema, após análise dos parceiros de universidades e outros agentes relevantes, são transformadas em projectos viáveis com um orçamento limitado. Não se pretendem resolver problemas de infra-estruturas, mas desenvolver projectos de pequena e média escala mas com elevado impacto na melhoria da vida urbana.

3ª Fase – Votação: A população é convocada para votar no projecto de maior relevância no sentido da escolha de quais deverão ser executados. A votação ocorrerá via internet e em locais específicos no espaço público concebidos para o efeito.

4ª Fase – Implementação: Os projectos mais votados serão implementados e os seus impactos quantificados. Estes serão concretizados com recurso a patrocinadores ou a *crowdfunding*.

5ª Fase – Resultados/Prémio: Os proponentes das ideias vencedoras serão premiados, sendo os resultados dos projectos apresentados publicamente. Após prototipagem e implementação piloto, a autarquia avaliará a viabilidade da sua multiplicação na cidade como um todo.

Resultados

- Geração e implementação de ideias para resolver problemas futuros das cidades;
- Partilha de soluções inovadoras entre as cidades e cidadãos da Rede;
- Aumento da participação pública.

REABILITAÇÃO URBANA: NZEB SOCIAIS

Contexto

Promoção da eficiência energética e energias renováveis no edificado, de acordo com as medidas sugeridas no PNAEE.

Objectivos

Redução dos consumos de energia nos edifícios de habitação social, tornar os edifícios NZEB's, implementação de acções que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na habitação social, contribuindo para o aumento da qualidade do edificado, bem como para a melhoria do bem-estar de segmentos populacionais generalizadamente carenciados, a redução da pobreza energética das famílias com baixos rendimentos e uso eficiente de recursos.

Actividades

- Levantamento da realidade nos diferentes municípios, através de auditorias energéticas;
- Definição de princípios e requisitos comuns para a criação do plano de regeneração;
- Intervenções nos edifícios com vista ao aumento da eficiência energética e implementação de energias renováveis;
- Monitorização dos consumos de energia;
- Dinamização de actividades de sensibilização junto da população para a temática da eficiência energética.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

Contexto

Promoção da eficiência na iluminação pública, através de medidas de natureza tecnológica e da gestão dos sistemas, de acordo com o previsto no PNAEE.

Objectivos

Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa (monumentos, jardins, etc.) com o objectivo de reduzir os consumos de energia através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia eléctrica.

Actividades

- Levantamento da realidade nos diferentes municípios;

- Aquisição de equipamentos através de acções de *public procurement* conjunto ou outros modelos de financiamento (modelo ESCO);
- Instalação dos equipamentos mais eficientes e de sistemas de gestão inteligente da iluminação pública;
- Monitorização dos resultados.

Resultados

Redução dos consumos na iluminação pública.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL SUSTENTÁVEL

Contexto

Promover a eficiência energética e energias renováveis nos edifícios da administração pública, de acordo com as recomendações do PNAEE, bem como acções de sensibilização para a sustentabilidade ambiental.

Objectivos

- Implementação de acções que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo na Administração Local, contribuindo para um aumento da eficiência energética nos equipamentos públicos e para a redução da factura energética;
- Sensibilizar para a importância da eficiência energética e energias renováveis junto da comunidade local.

Actividades

- Diagnóstico dos consumos de energia nos edifícios da administração local através da realização de auditorias energéticas;
- Elaboração de planos de racionalização de energia para cada edifício;
- Instalação de equipamentos mais eficientes, equipamentos de produção de energia renováveis e equipamentos de gestão inteligente de consumos nos edifícios da administração local;
- Monitorização dos consumos e das poupanças alcançadas através do uso de indicadores previamente definidos. *Benchmarking* dos resultados alcançados nos vários municípios;

- Criação de um edifício itinerante com efeito demonstrador, equipado com equipamentos eficientes, equipamentos para produção de energias renováveis e equipamentos para gestão inteligente de consumos.

Resultados

- Aumento da eficiência energética dos edifícios da administração local;
- Aumento do uso de energia renovável endógena nos edifícios da administração local.

RENER MOBILITY HUB

Contexto

Promoção da mobilidade sustentável através da implementação de plataformas interoperáveis de gestão, monitorização, acesso e pagamento nos municípios da Rede.

Objectivos

- Implementação de sistemas interoperáveis de acesso intermodal (*routing*, autenticação e pagamentos) e monitorização de mobilidade, segundo uma perspectiva da "mobilidade como um serviço";
- Desenvolvimento de requisitos para desenho e implementação de sistemas integradores de serviços na óptica do cidadão e comunidades, enquanto utilizadores, e da cidade/município/rede enquanto reguladores;
- Promoção do transporte público e partilhado sustentável, via integração e correlação dos diferentes serviços de mobilidade, públicos, partilhados ou outros, incluindo o do automóvel particular (circulação, estacionamento, carregamento);
- Redução de impactos da mobilidade, por via da integração, monitorização e gestão de dados e informação orientada para indicadores de eficiência aos níveis da polis, das empresas e dos indivíduos.

Actividades

- Levantamento da realidade nos diferentes municípios;
- Definição de princípios e requisitos comuns para o "RENER MOBILITY HUB".

Resultados

- Solução nacional de interoperabilidade no acesso aos serviços de mobilidade, testada nos municípios da rede;
- Antecipação de sistemas de pagamento e bilhética de nova geração;
- Partilha de informação (*open data*) e incentivo à emergência de novos serviços e iniciativas.

MOBILIDADE ELÉCTRICA

Contexto

Promoção da mobilidade sustentável nos municípios da rede, através da introdução de mobilidade eléctrica e inteligente nas frotas da administração local, nas redes de transportes e serviços de mobilidade, nas frotas das empresas e nas famílias.

Objectivos

- Introdução de veículos eléctricos nas frotas da administração local, nas redes de transportes e serviços de mobilidade, nas frotas das empresas e nas famílias;
- Optimização de custos de investimento e operação, através da introdução de tecnologias adequadas de gestão inteligente e monitorização da utilização de veículos, carregamentos e serviços associados;
- Redução do impacto da mobilidade nos municípios da rede, através da colaboração no desenvolvimento e implementação de medidas de introdução de veículos eléctricos;
- Desenho, implementação e monitorização de incentivos, como mecanismos de discriminação positiva (ex.: gestão do estacionamento no espaço público, taxas e impostos locais,...).

Actividades

- Estudo de oportunidade detalhado: identificação e caracterização de necessidades, identificação de *baseline*, identificação de critérios comuns/harmonizados;

- *Public procurement* de veículos para as frotas da administração pública local e empresas municipais (definição de *baseline* e requisitos, modelo de gestão e monitorização, etc.);
- *Public procurement* de veículos para as frotas de transportes públicos (definição de *baseline* e requisitos, modelo de gestão e monitorização, ...);
- Promoção da introdução de sistemas de mobilidade partilhada, com base em veículos de motorização eléctrica, integrada com o ecossistema de transportes;
- Introdução de infraestrutura inteligente;
- Pilotos de gestão inteligente e descentralizada de energia: produção local + carregamento de EV + gestão integrada;
- Desenho, implementação e monitorização de incentivos.
- Desenho de parcerias (ex.: APVE, ...).

Resultados

- Introdução de x% de veículos nas frotas e nas famílias;
- Redução de custos operacionais em x% nas frotas;
- Introdução de sistemas de *carsharing* e *bikesharing* baseados em VE;
- Introdução de novos serviços baseados em VE;
- Redução de emissões associadas com a mobilidade em x%.

RENER HEALTH & WELLBEING LAB

Contexto

- População cada vez mais envelhecida e a esperança de vida cada vez maior;
- Os problemas cognitivos ou ligados à memória são cada vez mais um problema do dia-a-dia de muitas pessoas;
- Incapacidades ou limitações físicas são cada vez mais comuns;
- Emerge a necessidade de encontrar soluções que ajudem este tipo de população a manter um estilo de vida autónomo e independente, bem como aumentar a sua qualidade de vida.

Objectivos

- Promover a criação de uma rede intermunicipal de laboratórios de teste e experimentação, numa lógica de inovação aberta, procurando soluções inovadoras;

- Promover a prevenção e a melhoria da saúde e bem-estar da população envelhecida ou com limitações (físicas e cognitivas);
- Criar soluções inovadoras e flexíveis para o dia-a-dia de pessoas com problemas/desafios físicos e cognitivos;
- Facilitar e tornar mais eficiente o trabalho dos profissionais sociais, bem como apoiar e ajudar os familiares ou acompanhantes deste grupo alvo.

Actividades

- Análise das necessidades nos diferentes municípios e análise das necessidades dos utilizadores finais - grupo alvo;
- Levantamento de actores relevantes (investidores sociais, empreendedores sociais, universidades e investigadores, instituições de apoio social, etc.);
- Criar uma plataforma de discussão e partilha de ideias de desenvolvimento e implementação de novas soluções em cuidados de saúde e bem-estar.

Resultados

- Criação de pólos especializados na área da saúde e bem-estar, através da implementação de laboratórios de experimentação aberta;
- Geração de novos produtos e serviços orientados para melhoria da qualidade de vida do grupo alvo.

STARTUP4CITIES

A RECI – Rede Espanhola de Cidades Inteligentes implementou um projecto de empreendedorismo urbano designado Startup4Cities em 2014, ao qual a RENER se associou em 2015. Esta foi a primeira iniciativa conjunta e pioneira a nível mundial que juntou 111 municípios da Península Ibérica.

Objectivo

O projecto tem como objectivo disseminar o modelo de ‘cidade inteligente’, centrando-se no estímulo à oferta de soluções que respondam aos novos desafios de desenvolvimento urbano, assim como à criação de serviços inovadores para as cidades do futuro.

Trata-se, assim, de um ponto de encontro que reúne empreendedores com ideias e projectos aplicáveis ao conceito de ‘smart city’ e as cidades interessadas nas vantagens

que tais projectos podem oferecer-lhes para avançarem para um modelo inteligente de gestão urbana.

No final realiza-se um evento que se destina essencialmente aos municípios que podem, desta forma, aceder a projectos pioneiros e inovadores a integrar no ambiente urbano e que promovam a qualidade de vida dos cidadãos. Além do mais, existe um incentivo à participação de empreendedores locais com vista a criação de negócios e geração de emprego associado ao desenvolvimento das cidades.

Implementação

O projecto implementa-se através das seguintes etapas:

- a) Recepção de propostas: Apresentação de propostas de projectos (soluções, produtos, serviços, etc.) pelos empreendedores de acordo com os requisitos da convocatória. Os projectos terão que ter um âmbito tecnológico e um modelo de negócio sustentável, não podendo ter uma antiguidade superior a 24 meses.
- b) Selecção de propostas: Um júri analisa as propostas de acordo com os seguintes critérios de elegibilidade: carácter inovador, componente tecnológica, viabilidade do negócio, interesse para os cidadãos. São seleccionadas, no máximo, 12 propostas.
- c) Apresentação da proposta às Cidades das Redes: As propostas seleccionadas são apresentadas pelos promotores aos participantes do evento Startup4Cities. Durante o evento os representantes municipais podem votar nos projectos que sejam mais interessantes para as suas cidades. Posteriormente, os municípios e os empreendedores colaboram no sentido do teste, experimentação e aplicação dos produtos, serviços ou soluções em ambiente urbano.

1ª edição startup4cities iberia 2015

O projecto realizou-se através de uma convocatória pública dirigida a empreendedores que necessitavam de validar, em contexto urbano, o seu produto/serviço e modelo de negócio.

Participaram nesta 1ª edição ibérica 108 *start-ups*, tendo sido eleitos 12 empreendedores finalistas, cujos projectos foram avaliados por um júri composto por personalidades reconhecidas. Ocorreram mais de 200 interacções entre

empreendedores e cidades.

O evento final contou com cerca de 300 pessoas, nomeadamente representantes de municípios, empreendedores, organismos públicos, grandes empresas, investidores e escolas de negócios.

Os projectos seleccionados tiveram a possibilidade de realizar um *pitch* a responsáveis municipais de diferentes cidades que qualificaram os projectos e manifestaram interesse na sua aplicação. As cidades ofereceram, assim, aos empreendedores o apoio necessário para “utilizar” o contexto urbano como laboratório e testar o seu produto/serviço, possibilitando a sua replicação noutras cidades.

Nesta primeira edição ibérica venceu um projecto de empreendedorismo português denominado *Participare*.

A iniciativa também prevê edições locais como complemento às edições nacionais, através da organização de “*startup4cities weekends*”.

ROADSHOW DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DAS AUTARQUIAS

Esta iniciativa tem como objectivo realizar um *roadshow* pelas autarquias com a organização de cursos de capacitação dos técnicos na área das cidades inteligentes, contando com a participação dos diversos departamentos das Câmaras Municipais, nomeadamente ambiente, educação, economia, mobilidade, sociedade, entre outros.

Após estas formações, as equipas de técnicos dos municípios poderão desenvolver um trabalho de geração de soluções criativas para os problemas urbanos seleccionados pelo executivo.

7.3. Projectos Específicos

Os projectos específicos a desenvolver em parceria por alguns dos municípios da rede, com base em necessidades e prioridades comuns, serão gerados em sede dos grupos de trabalho e validados por cada autarquia envolvida.

Projectos *Lighthouse* de pequena escala

No âmbito do Horizon 2020, foi lançado um apelo à apresentação de propostas para o desenvolvimento de “lighthouse projects”, ou seja, projectos demonstradores de grande escala na intersecção entre energia, mobilidade e tecnologias de informação e comunicação e com potencial de replicação.

Cada projecto deverá ter uma parceria de duas a três cidades líder e duas a três cidades seguidoras, juntamente com um conjunto alargado de *stakeholders* locais, com um orçamento total de cerca de 25 milhões de euros. A nível europeu, são apenas aprovados dois a três projectos com estas características.

No entanto, prevê-se que outras cidades possam desenvolver projectos assentes nesta filosofia com financiamento dos fundos estruturais ou de outras fontes de financiamento. Em concreto, a ERA-NET Smart Cities and Communities, juntamente com a “Smart Cities and Communities Member States Initiative” e a JTI Urban Europe, vai lançar em 2015 um apelo à apresentação de candidaturas orientado para projectos de pequena escala para cidades de menor dimensão, com vista à inovação e implementação de soluções integradas na área da energia e sistemas de transportes de baixo carbono à escala urbana (pré-implementação, implementação e pós-implementação).

Os consórcios deverão integrar, pelo menos, três parceiros de três Estados-membros, numa proposta preparada em duas fases: a apresentação da ideia e a formulação da candidatura completa para os projectos seleccionados. Os tópicos abrangidos pela *call* são: “Smart urban energy and mobility systems; Smart tools and services for integrated urban energy and transport systems; Smart big data; Smart governance and smart citizens”.

Os municípios da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER poderão aproveitar estas oportunidades para desenvolverem, testarem e experimentarem soluções urbanas inovadoras em locais específicos das cidades (bairro, campus universitário, complexo cultural, parque industrial ou tecnológico, etc.), que posteriormente poderão ser escaladas para os municípios como um todo.

Campus universitários inteligentes

As cidades com campus universitários, quer de universidades quer de politécnicos, poderão trabalhar no sentido da criação de “*campus inteligentes*”, funcionando os

alunos como utilizadores pioneiros das soluções urbanas inovadoras em fase de teste e experimentação.

Algumas universidades já estão a trabalhar neste sentido, experiência que poderia alargar-se a outros municípios da rede.

7.4. Actividades de suporte

Uma das principais actividades de suporte ao funcionamento da rede traduz-se na Comunicação e Marketing. Trata-se de uma área fundamental para a sensibilização dos *stakeholders* e para a projecção internacional das cidades e das suas boas práticas a nível nacional e internacional.

Algumas das ferramentas de comunicação em desenvolvimento são:

- *Website* da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER, com uma apresentação institucional da iniciativa;
- Página do *Facebook* focada na Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER, que poderá ser alimentada por todos os municípios;
- *Boocklet* com a apresentação dos municípios e das suas boas práticas para divulgação internacional.

A representação institucional da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER em conferências, congressos e feiras assume também elevada importância, com destaque para a “Smart City Expo World Congress” que decorre todos os anos em Barcelona.

8. FINANCIAMENTO

O financiamento das actividades e projectos dos municípios e da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER passam por um *mix* de fontes diversas, integrando quer os programas ao abrigo do Portugal 2020 quer os programas de gestão directa da Comissão Europeia, com foco no *Horizon 2020*. Acresce a possibilidade de angariação de patrocínios para o desenvolvimento de projectos concretos junto de empresas, fundações, entre outros.

| FONTES | PROGRAMAS |
|---------------|--|
| Portugal 2020 | Programas operacionais temáticos Programas operacionais regionais Programas de cooperação territorial |
| Programas CE | Horizon 2020 - Investigação e Inovação COSME+ Competitividade e PME's LIFE+ Ambiente e Acção Climática Europa Criativa – Educação e Cultura Fundos JESSICA |
| Patrocínios | Empresas, Banca, Fundações |

Apesar da globalidade dos programas de financiamento integrar eixos de intervenção associados a áreas específicas das cidades inteligentes (nomeadamente energia, mobilidade, ambiente), a Comissão Europeia tem vindo a desenvolver uma abordagem integrada ao financiamento das *smart cities*.

Smart Cities na Política Europeia

EIP – Parceria Europeia para a Inovação “Smart Cities and Communities”

Em Julho de 2012, a Comissão Europeia lança a “Smart Cities and Communities European Innovation Partnership” (EIP) numa parceria entre a Direcção Geral da Energia (DG ENER), a Direcção Geral da Mobilidade e Transportes (DG MOVE) e a Direcção Geral das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias (DG CNECT). Esta iniciativa tem como objectivo articular actores, acções e instrumentos europeus na promoção da investigação e inovação na área das cidades inteligentes.

Em concreto, visa fomentar quer a criação de mercados com o lançamento de projectos demonstradores de grande escala na intersecção da mobilidade, energia e tecnologias de informação e comunicação, quer o alargamento dos mercados através da replicação em largo espectro dos produtos e tecnologias testados nas cidades europeias.

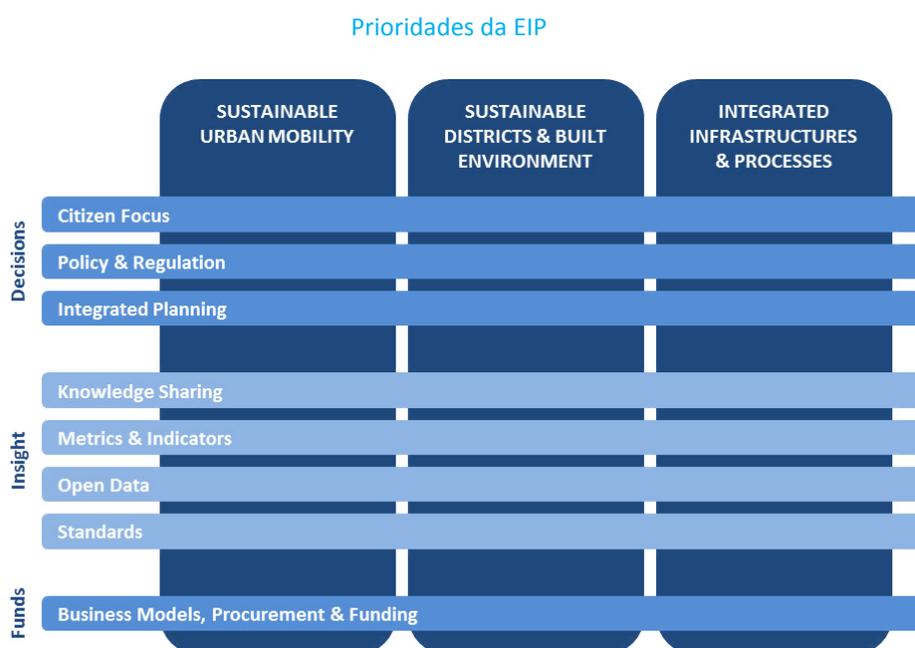
Por outras palavras, pretendem-se implementar projectos-piloto em ambiente urbano que funcionem como demonstradores de soluções integradas e inovadoras nas áreas da eficiência energética, produção de energias renováveis, *smart grids*, mobilidade e tecnologias de informação e comunicação. Em sequência, o objectivo é conseguir uma elevada replicação destes projectos noutras cidades e regiões europeias e mundiais, induzindo uma aplicação em larga escala das soluções testadas em contexto real. Privilegia-se, neste contexto, a cooperação entre a indústria e as autoridades locais num “novo ambiente colaborativo”.

A criação e alargamento de mercados implica igualmente uma actuação ao nível da procura, incluindo a promoção de novos modelos de negócio, iniciativas inovadoras de *public procurement*, revisão da regulamentação e normalização. O envolvimento dos *stakeholders* e dos cidadãos no processo de desenvolvimento e teste das soluções afigura-se como essencial para a sua adopção generalizada, integrando a experimentação não só de tecnologias mas também de modelos de governação e sistemas de financiamento.

Apesar da EIP não se afigurar como uma fonte de financiamento, a respectiva estrutura de governação (Grupo de Alto Nível e Grupo Sherpa) definiu um Plano Estratégico (2013) e um Plano Operacional (2014) que pretendem guiar os apelos a projectos a realizar no âmbito do *Horizon 2020*.

O aludido Plano Estratégico define um conjunto de prioridades de intervenção, umas

de carácter vertical – Mobilidade Urbana Sustentável, Distritos Sustentáveis e Ambiente Construído, Infraestruturas Integradas, outras de carácter transversal – foco no cidadão, políticas e regulamentação, planeamento integrado, partilha de conhecimento, métricas e indicadores, dados abertos, *standards*, modelos de negócio, *procurement* e financiamento.



Acresce que com o objectivo de promover a articulação com os *stakeholders* europeus, é criado o *Marketplace* da EIP integrado por seis “Action Clusters”, que se afiguram como aglomerações de parceiros empenhados em trabalhar em temas específicos associados às cidades inteligentes, através da partilha de conhecimento e experiências e da identificação de lacunas que possam ser preenchidas a nível europeu. O Município de Águeda participa no *cluster* do Cidadão, sendo que o IPN – Instituto Pedro Nunes e a empresa ISA são as outras entidades nacionais envolvidas nestes grupos de *stakeholders*.

Action Clusters do Marketplace da EIP



Horizon 2020 e Fundos Estruturais

No contexto das prioridades da EIP, e no âmbito do programa Energia do *Horizon 2020*, são lançados em 11 de Dezembro de 2013 apelos à apresentação de projectos na área das “*Smart Cities and Communities*” para os anos 2014-2015. A grande parcela de financiamento orienta-se para os designados “*lighthouse projects*” que se afiguram como projectos demonstradores de grande escala na intersecção entre mobilidade, energia e TIC que integrem uma parceria constituída por duas a três cidades líder e duas a três cidades seguidoras em colaboração com *stakeholders* locais.

Além do mais, é explicitamente referido que a divulgação e replicação de projectos de demonstração para um número mais elevado de áreas urbanas podem ser apoiadas pelos fundos de coesão no quadro das estratégias regionais de investigação e inovação para uma especialização inteligente. Acresce o referido programa lançado pela *ERA-NET Smart Cities and Communities*, que se foca em projectos demonstradores de pequena escala para cidades de menor dimensão.

Programas com relevo para *smart cities* em 2014-2020

| Programas | Orçamento | “Climate earmarking” | Descrição |
|---------------------------------|-------------|---|---|
| Horizon 2020 | 87.000 M € | 35% | Programa de apoio a actividades de investigação e inovação, com foco em áreas como: energia eficiente, segura e limpa; transportes inteligentes, verdes e integrados; acção climática e eficiência de recursos. Abertura de apelos específicos à apresentação de propostas para <i>smart cities</i> . |
| COSME | 2.500 M € | n.a. | Programa de apoio à competitividade e sustentabilidade das empresas europeias, com foco nas PME. Pode ser utilizado para suportar o desenvolvimento de competências e a emergência e expansão de empresas fornecedoras de soluções para <i>smart cities</i> . |
| Política de Coesão (FEDER, FSE) | 325.149 M € | 20% do FEDER de cada EM em regiões desenvolvidas/em transição e 6% em regiões menos desenvolvidas | Programas de apoio a projectos de 11 objectivos temáticos pré-definidos, onde se integram: transição para uma economia de baixo carbono, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos, transportes sustentáveis, eco-inovação em PMEs. |
| LIFE+ | 3.600 M € | 902 M € | A componente das alterações climáticas do programa pode ser utilizada para promover actividades de adaptação e mitigação, incluindo nas áreas urbanas. Foca-se em projectos-piloto, boas práticas, acções de disseminação e informação, etc. |

Fonte: Smart Cities Stakeholder Platform’s Finance Group (2013), *adaptado*

As inovações introduzidas nas regras dos fundos estruturais no período de programação 2014-2020 vêm, de certa forma, reforçar o papel das cidades e das questões urbanas e, em resultado, das *smart cities*, com uma maior territorialização das políticas públicas. De facto, são privilegiados pacotes integrados de intervenção a nível nacional, regional e local, conduzindo a uma maior coordenação de políticas e possibilitando a combinação de diferentes objectivos temáticos e de fontes de financiamento do FEDER, FSE e Política de Coesão. Neste âmbito, 5% do FEDER de cada Estado-membro deverá ser reservado para actividades inter-sectoriais de desenvolvimento urbano sustentável. Acresce a afectação de pelo menos 0,2% do FEDER europeu a acções urbanas inovadoras, como projectos-piloto, acções de demonstração, estudos de interesse europeu, etc.

9. PARCERIAS

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER é parceira de algumas entidades nacionais e internacionais, sendo objectivo dos municípios a intensificação desta colaboração.

Smart Cities Portugal

A Plataforma colaborativa Smart Cities Portugal, coordenada pela INTELI, pretende afirmar Portugal como palco de desenvolvimento e experimentação de tecnologias, produtos e sistemas de elevado valor acrescentado para cidades inteligentes a nível global.

Neste sentido, visa criar sinergias entre os diferentes actores que operam no mercado das cidades inteligentes (cidades, empresas, *clusters*, universidades, centros de conhecimento, etc.) com vista a promover o desenvolvimento integrado de soluções replicáveis para resolver problemas urbanos.

A criação deste “*cluster* de cidades inteligentes” deriva de duas ordens de razões. Por um lado, estamos perante um mercado com forte potencial de crescimento. Prevê-se que as receitas resultantes do mercado global para as tecnologias que suportam projectos de *smart cities* cresçam globalmente de 6,1 mil milhões de dólares em 2012 para 20,2 mil milhões de dólares em 2020, com uma taxa anual de crescimento de 16,2% (*Pike Research, 2013*). Por outro lado, é ainda uma fileira emergente e com pouca maturidade, onde impera colmatar “falhas de mercado” a diversos níveis. Um conjunto de 80 empresas entrevistadas pela INTELI apontam barreiras como: ambiguidade do conceito de ‘*smart city*’; falta de informação e conhecimento; elevada diversidade e heterogeneidade de actores; falta de competências e soluções integradas; domínio das grandes empresas multinacionais; ausência de normas e standards; desadequação da legislação; dificuldade em lançar processos de cooperação interempresas; resistência à mudança; falta de coordenação entre departamentos, infraestruturas e funções urbanas.

Neste momento, a plataforma integra as seguintes entidades: os Pólos de Competitividade e Tecnologia da Energia, Mobilidade e Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica e o *Cluster Habitat Sustentável*, a Universidade do Minho, o

Centro de Competências para as Cidades do Futuro da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação da Indústria Automóvel e as empresas Indra, Siemens e Oracle.

A Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER representa os municípios na plataforma colaborativa *Smart Cities Portugal*, usufruindo das acções de *intelligence*, *advocacy*, sensibilização e aceleração desenvolvidas, assim como do potencial participação em projectos intersectoriais conjuntos.

RECI – Rede Espanhola de Cidades Inteligentes

A RENER – Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes e a RECI – Rede Espanhola de Cidades Inteligentes estabeleceram um acordo de colaboração com vista à dinamização de uma Rede Ibérica de *Smart Cities*. Pretendeu-se, desde o início, ganhar massa crítica, escala e poder negocial.

A RECI é a Rede Espanhola de Cidades Inteligentes, criada como associação em 2012 e integrada por 51 municípios. O Presidente, Iñigo de la Serna, é Presidente da Câmara Municipal de Santander e da Federação Espanhola de Municípios e Províncias.

Os seus objectivos passam por promover a gestão eficiente das infraestruturas urbanas, assim como a redução da despesa pública e a melhoria da qualidade dos serviços, por forma a atrair actividade económica e a gerar progresso.

A RECI operacionaliza a sua actividade através de um conjunto de grupos de trabalho temáticos, cada um deles liderado por um ou mais municípios da rede: inovação social; energia; meio ambiente, infraestruturas e habitação; mobilidade urbana; governação, economia e negócios, que reúnem regularmente.

Os principais objectivos da cooperação são:

- Partilhar informação e conhecimento e realizar exercícios de vigilância tecnológica e de mercados com a utilização de metodologias comuns;
- Conceber e implementar projectos conjuntos na área da inovação urbana, tendo em conta as oportunidades de mercado e as prioridades das políticas europeias;
- Projectar internacionalmente as cidades que integram as redes, com base nas boas práticas desenvolvidas a nível ibérico;

- Promover a Península Ibérica como espaço de desenvolvimento, teste e experimentação de soluções de inteligência urbana em contexto real.

Para agilizar a prossecução destes objectivos, prevê-se o intercâmbio de recursos humanos entre os grupos de trabalho da RECI e os grupos de trabalho da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER.

A ambição da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER deverá passar por alargar o espaço geográfico de intervenção, promovendo a dinamização de uma Rede Ibero-americana de Cidades Inteligentes. Para tal, tem vindo a estabelecer diversos contactos no Brasil, com vista à identificação de parceiros locais que apoiem o processo de dinamização do conceito junto das cidades brasileiras, estabelecendo pontes com a Colômbia, Argentina, Chile, Peru, entre outros países da América Latina. Perspectiva-se, ainda, contactos estreitos com países Africanos no sentido de aprofundar a colaboração com os PALOPs.

ENoLL – Rede Europeia de *Living Labs*

A RENER é, desde 2009, membro da ENoLL – Rede Europeia de *Living Labs*. Esta rede europeia, que actua como associação, integra actualmente 370 *living labs*, com quem a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER poderá trocar experiências e boas práticas e desenvolver projectos conjuntos.

10. METAS E INDICADORES

Com base em alguns dos indicadores do Índice de Cidades Inteligentes, a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”/RENER deverá estabelecer metas concretas e quantificáveis a atingir em 2030 pelos municípios membros.